

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO¹

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Anchieta

Gestor responsável: Renan de Oliveira Delfino

Exercício: 2023

1. Introdução

As atividades de Controle Interno da Câmara Municipal de Anchieta foram estabelecidas tomando-se por parâmetro os pontos de controle constantes da Instrução Normativa TCEES 68/2020, definidos em matriz de risco constante no Plano de Ação das Atividades de Controle Interno – Processo Administrativo CMA nº 000410/2022.

O Plano Anual de Auditoria Interna, constante do Plano de Ação das Atividades de Controle Interno da Câmara Municipal de Anchieta foi elaborado com base no conceito de Auditoria Baseada em Risco, cujos pontos de controle constantes da Tabela Referencial foram determinados em face do risco, materialidade, relevância e criticidade, visando assegurar o cumprimento da missão institucional e a salvaguarda dos ativos.

Nesse intuito, foram analisados os pontos constantes da IN 68/2020 e suas alterações:

Código	Objeto	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada ²
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	4842/2023	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias decorrentes dos encargos	resumos das folhas de pagamento consoante o centro de custo referente ao mês de outubro de 2023	resumos das folhas de pagamento consoante o centro de custo referente ao mês de outubro de 2023

¹ Artigo 43, VI da Lei Complementar Estadual nº 621/2012.

² Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, selecionados para compor a amostra.

				patronais da entidade referente às alíquotas normais e suplementares observando o regime de competência.		
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	535/2024	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Regime de competência 	<p>Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente</p>	<p>Sítio da Receita Federal e Balanço Patrimonial; demonstrativo das Variações Patrimoniais ; Demonstrativo da Dívida Fundada e Balancete de verificação -</p>	<p>Sítio da Receita Federal e Balanço Patrimonial; demonstrativo das Variações Patrimoniais ; Demonstrativo da Dívida Fundada e Balancete de verificação -</p>

	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	4615/2023 4648/2023 0535/2024	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	5.443.933,59	5.443.933,59
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	4648/2023 0535/2024	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(i)s por sua guarda e administração.	registros analíticos de bens de caráter permanente e Termo de Posse e guarda.	INVALMO; INVMOV; INVIMOV e INVINT
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	0535/2024	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do	Balanço Patrimonial de 2023 e Extratos Bancários de 2023	Balanço Patrimonial de 2023 e Extratos Bancários de 2023

				exercício		
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	0535/2024	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Anexo 03 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e RGF anexo I	Anexo 03 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e RGF anexo I
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	0535/2024	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Balancete da despesa orçamentária e Balancete da receita extraorçamentária -	Balancete da despesa orçamentária e Balancete da receita extraorçamentária
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	0535/2024	CRFB/88, art. 29, inciso VII	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	- Balancete da Receita Orçamentária do Município e Balancete da Despesa orçamentária da CMA	Balancete da Receita Orçamentária do Município e Balancete da Despesa orçamentária da CMA
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	0535/2024	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos	- Balancete da Receita Orçamentária do Município e o Balancete Analítico da Despesa	Balancete da Receita Orçamentária do Município e o Balancete Analítico da Despesa Orçamentária

				Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29- A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior	Orçamentária da CMA	da CMA
2.3.5	Cancelamento de passivos	0535/2024	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Balancete Contábil de Verificação referente 2023	Balancete Contábil de Verificação referente 2023
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	4060/2023	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações	Processos de despesas referente a janeiro de 2023 a setembro de 2023	Processos de despesas referente a janeiro de 2023 a setembro de 2023

2. Demais Ações Executados Pela UCCI

Durante o período, a UCCI expediu diversos comunicados internos, ofícios, realizou reuniões e treinamentos, participou de cursos online, realizou monitoramento das recomendações expedidas e outros. Sendo elas:

2.1 Comunicados Internos Expedidos Pela UCCI

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA CMA					
COMUNICADOS INTERNOS EXPEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2023					
C.I Nº	DATA	Nº PROCESSO	SETOR	DESCRÍÇÃO	Situação
1	12/01/2023	0041/2023	Presidência	Calendário de Obrigações TCEES	Concluído
2	31/01/2023	0057/2023	Contabilidade	Adoção de Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP	Concluído
3	13/02/2023	0066/2023	Presidência	Procedimentos Administrativos, Sindicância, TCE e outros	Concluído
4	13/02/2023	0065/2023	Contabilidade	Avaliação dos Limites Constitucionais e Fiscais.	Concluído
5	03/03/2023	0076/2023	Presidência	Remessa de Informações sobre o resultado do julgamento de contas dos Prefeitos.	Concluído
6	24/04/2023	0107/2023	Presidência	Remessa de Informações sobre o resultado do julgamento de contas dos Prefeitos	Concluído
7	24/04/2023	0105/2023	Presidência	Atualização da Matriz de Responsabilidade	Concluído
8	24/04/2023	0106/2023	Presidência	Validação do Cálculo de Duodécimo repassado.	Concluído
9	02/05/2023	112/2023	Presidência	Solicitação de acesso a todos os Sistemas de Gestão	Concluído
10	05/05/2023	114/2023	Presidência	Manutenção do Portal da Transparência	Concluído

11	07/06/2023	0125/2023	Presidência	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública.	Concluído
12	14/06/2023	0131	Contabilidade	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública.	Concluído
13	14/06/2023	0130	Ouvidoria	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública.	Concluído
14	14/06/2023	0129/2023	R.H	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública.	concluído
15	14/06/2023	0132/2023	Comunicação	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública	Concluído
16	14/06/2023	0130/2023	Acompanhamento Legislativo	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública	Concluído
17	14/06/2023	0128/2023	T.I	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública	Concluído
18	14/06/2023	0127/2023	Seção de Contratação	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública	Concluído
19	14/06/2023	0126/2023	Diretoria	2º Ciclo do Programa Nacional de Transparéncia Pública	Concluído
20	20/06/2023	0135/2023	Presidência	Lei Geral de Proteção de Dados e Governo Digital	Concluído
21	07/07/2023	0136/2023	Presidência	Alteração da Estrutura Funcional e Organizacional do Poder Legislativo	Concluído
22	07/07/2023	0137/2023	Contabilidade	Solicitação do envio mensal da prestação de contas envida ao TCEES.	Concluído
23	10/07/2023	Em mãos	R.H	Alteração da Carga Horária no Portal da Transparéncia	Concluído
25	02/10/2023	3800/2023	Contabilidade	Limite de Gastos com Folha de Pagamento	Concluído

26	04/10/2023	3800/2023	Presidência	Alerta para Limite de Gastos com Folha de Pagamento	Concluído
----	------------	-----------	-------------	---	-----------

2.2 Auditoria e Fiscalizações realizadas

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA CMA				
AUDITORIA / INSPEÇÕES - 2023				
DATA	Nº PROCESSO	SETOR	DESCRÍÇÃO	Situação
09/10/2023	4060/2023	Seção de Contratações	Auditória na Seção de Contratações	Concluída
13/11/2023	4615/2023	Almoxarifado	Auditória na Seção de Almoxarifado	Concluída
16/11/2023	4648/2023	Patrimônio	Auditória na Seção de Patrimônio	Concluída
01/12/2023	4842/2023	R.H	Auditória na Seção de R.H	Concluída

3. Auditorias e outros procedimentos realizados

Tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, esta UCCI com base na amostra selecionada não identificou achados de auditoria que resultassem em proposições, alertas e ou medidas de saneamento.

4 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG³

Não foi instaurada Processo Administrativo Disciplinar e ou Tomada de Contas Especial no Exercício de 2023.

Anchieta - ES, 19 de março de 2024

³ Artigo 22 da IN TC - 32/2014.